



Campus Porto Velho Zona Norte

Coordenação do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública

WELLINGTON OLIVEIRA TAVARES

**SAÚDE MENTAL NO SERVIÇO PÚBLICO: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO
E CUIDADOS COM OS SERVIDORES PÚBLICOS**

**PORTO VELHO/RO
2025**

WELLINGTON OLIVEIRA TAVARES

**SAÚDE MENTAL NO SERVIÇO PÚBLICO: ESTRATEGIAS DE PREVENÇÃO
E CUIDADOS COM OS SERVIDORES PÚBLICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Gestão Pública sob a Orientação do Professor Dr. Filipe De Castro Quelhas.

**PORTO VELHO/RO
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Tavares, Wellington Oliveira.

Saúde mental no serviço público: estratégias de prevenção e cuidados com os servidores públicos / Wellington Oliveira Tavares. - Porto Velho, 2025.

16 f.

Orientador(a): Prof. Filipe de Castro Quelhas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Saúde mental. 2. Serviço público. 3. Bem-estar. 4. Políticas públicas. 5. Prevenção. I. Quelhas, Filipe de Castro (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Gizele de Melo Viana, CRB-11/914

FOLHA DE APROVAÇÃO


Wellington Oliveira Tavares

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO Curso de Tecnológica em Gestão Publica EAD


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Gestão Pública sob a Orientação do Professor Dr. Filipe De Castro Quelhas.

Aprovado em 14/ 08/ 2025

BANCA EXAMINADORA

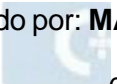
 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
FILIPE DE CASTRO QUELHAS
Data: 05/09/2025 22:12:54-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Professor Dr. Filipe de Castro Quelhas

 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
LUCIANA APARECIDA BARBIERI
Data: 12/09/2025 12:13:42-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Luciana Aparecida Barbieri

Assinado por: **MARIA CAROLINA MARTINS RODRIGUES**

 Num. de Identificação:
03160819 Data: 2025.09.05
14:08:47+01'00'

Maria Carolina Martins Rodrigues

SAÚDE MENTAL NO SERVIÇO PÚBLICO: ESTRATEGIAS DE PREVENÇÃO E CUIDADOS COM OS SERVIDORES PÚBLICOS

Wellington Oliveira Tavares

Professor Filipe de Castro Quelhas

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as estratégias de prevenção e promoção do bem-estar voltadas à saúde mental dos trabalhadores no serviço público, considerando os impactos do ambiente institucional na qualidade de vida e no desempenho profissional. A pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo revisão de literatura, com base em publicações acadêmicas, legislações e documentos institucionais. O estudo destaca os fatores que contribuem para o adoecimento psíquico dos trabalhadores, como sobrecarga, assédio moral e precarização das condições de trabalho. Além disso, aponta práticas e políticas públicas que vêm sendo implementadas para promover o bem-estar dos servidores. Os resultados indicam que ainda há fragilidades na gestão da saúde mental no setor público, exigindo ações integradas e contínuas por parte das instituições.

Palavras-chave: Saúde mental, Serviço público, Bem-estar, Políticas públicas, Prevenção.

Abstract

This article aims to analyze prevention and well-being strategies focused on the mental health of public service workers, considering the impacts of the institutional environment on quality of life and professional performance. This is a qualitative, literature review, based on academic publications, legislation, and institutional documents. The study highlights the factors that contribute to workers' mental illness, such as overload, bullying, and precarious working conditions. Furthermore, it highlights public practices and policies that have been implemented to promote employee well-being. The results indicate that there are still weaknesses in mental health management in the public sector, requiring integrated and continuous actions by institutions.

Keywords: Mental health, Public service, Well-being, Public policies, Prevention.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	OBJETIVOS	8
2.1	OBJETIVO GERAL.....	8
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	8
3.	REFERENCIAL TEÓRICO	8
3.1	SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	8
3.2	SINDROME DE BURNOUT.....	10
3.3	POLÍTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE MENTAL NO SETOR PÚBLICO	11
4.	METODOLOGIA.....	12
5.	ANÁLISE DOS DADOS	14
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
	REFERÊNCIAS	16

1. INTRODUÇÃO

A sociedade moderna e seu intenso desenvolvimento tecnológico intensificou diretamente e indiretamente no impacto psicossocial de toda a sociedade. Devido à grande necessidade de suprir às expectativas, quase que imediatas, no ambiente laboral, ocasionou um colapso na saúde mental de grande parte da Sociedade do século XXI, intensificando-se durante a pandemia de Covid- 19 pois acarretou múltiplas mudanças no dia a dia da humanidade, guiando se para diversos transtornos mentais e ao aumento de índices de afastamento no ambiente de trabalho. A saúde mental fragilizada por conta de fatores internos e externos causam desgastes no rendimento do funcionário a curto e médio prazo pois devido a grandes estorvos envolvendo doenças ocupacionais psicossociais geradas no ambiente de trabalho, surgiu a necessidade de caracteriza-la, expor e buscar meios para a solução até a inexistência dentro do ambiente de trabalho, a longo prazo.

Segundo a organização mundial da saúde, quase 1 bilhão de pessoas vivem com algum transtorno mental no trabalho que refere-se ao bem-estar emocional, físico social e cognitivo dos trabalhadores, influenciado pelas condições e ambiente de trabalho. A saúde mental tem se tornado uma pauta central nos debates sobre qualidade de vida no trabalho, especialmente no setor público, onde os servidores enfrentam rotinas intensas, pressões burocráticas e, muitas vezes, a escassez de recursos humanos e materiais. Esse contexto pode desencadear diversos transtornos emocionais e psicológicos, como estresse, ansiedade, depressão e síndrome de Burnout, afetando diretamente a produtividade e a qualidade dos serviços prestados à população.

Diante desse cenário, torna-se essencial refletir sobre os fatores que influenciam a saúde mental dos trabalhadores do setor público e buscar estratégias de prevenção e promoção do bem-estar no ambiente institucional. Este trabalho visa contribuir para o debate, oferecendo subsídios teóricos e práticos que possam orientar políticas públicas e ações institucionais voltadas à valorização do servidor e à construção de ambientes de trabalho mais

saudáveis. O crescente adoecimento psíquico dos trabalhadores no setor público tem despertado a atenção de pesquisadores, gestores e órgãos de controle.

A pesquisa busca responder: quais estratégias podem ser adotadas para prevenir o adoecimento mental e promover o bem-estar dos trabalhadores no ambiente institucional?

A escolha do tema se justifica pela importância de se compreender as causas do sofrimento psíquico dos trabalhadores e de pensar soluções efetivas no campo da gestão pública.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar estratégias de prevenção e promoção do bem-estar em saúde mental adotadas no serviço público.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Investigar os fatores que impactam a saúde mental dos servidores.
Levantar políticas públicas ou ações institucionais voltadas à saúde mental.
Propor recomendações com base na literatura pesquisada.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

A saúde mental tem sido reconhecida como um aspecto essencial para o bem-estar dos indivíduos e para a produtividade no ambiente de trabalho. No setor público, os desafios enfrentados pelos servidores, como a pressão por resultados, a burocracia, a falta de reconhecimento profissional e a sobrecarga de tarefas, contribuem para o surgimento de transtornos mentais, como ansiedade, depressão e estresse ocupacional. Segundo a Organização Mundial

da Saúde (OMS), saúde mental é um estado de bem-estar em que o indivíduo percebe suas próprias habilidades, consegue lidar com os estresses normais da vida, trabalhar de forma produtiva e contribuir com sua comunidade. Quando esse equilíbrio é afetado, há impactos diretos na qualidade de vida do trabalhador e na eficácia dos serviços prestados.

De acordo com a lei Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

– Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos económicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

– Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos e numerados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental: I.- Ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;

II.- Ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;

III.- ser protegida contra qualquer forma abuso e exploração;

IV.- Ter garantia de sigilo nas informações prestadas;

V.- Ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;

VI.- Ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;

VII.- receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;

VIII.- ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; IX.- Ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da

política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Dejours (2006) destaca que o sofrimento psíquico no trabalho ocorre quando as condições laborais impedem o sujeito de se realizar pessoal e profissionalmente, gerando frustração, angústia e adoecimento. Essa realidade é observada em muitos ambientes públicos, onde a desmotivação, a ausência de políticas de valorização do servidor e a precarização das relações de trabalho são frequentes.

Além disso, o assédio moral é uma das formas mais comuns de violência psicológica no serviço público, caracterizando-se por atitudes repetitivas que humilham e desestabilizam emocionalmente o servidor, comprometendo sua saúde mental e social. Fatores como gestão autoritária, metas inatingíveis e clima organizacional tóxico contribuem para esse cenário.

Diante disso, políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental dos trabalhadores têm ganhado espaço nas instituições públicas. Programas de atenção psicossocial, rodas de conversa, campanhas de sensibilização, capacitação de gestores e atendimento psicológico têm sido utilizados como estratégias de cuidado e prevenção. A promoção da saúde mental no ambiente institucional exige uma gestão humanizada, capaz de reconhecer os limites dos servidores e promover espaços de escuta e acolhimento.

É importante destacar que a valorização do servidor público não se resume ao pagamento de salários, mas também à criação de ambientes saudáveis, com relações de trabalho éticas e apoio emocional contínuo. A literatura demonstra que ações preventivas são mais eficazes e econômicas do que medidas corretivas aplicadas após o adoecimento.

3.2 SÍNDROME DE BURNOUT

A origem do termo Burnout surgiu em 1974, quando o psicanalista Hebert Freudenberger usou pela primeira vez esta expressão. Herbert notou que não

sentia mais satisfação no seu trabalho, uma sensação que associou ao esgotamento causado pela diminuição de energia emocional. Com isso, a expressão passou a descrever o estado de alguém que atingiu os seus limites, afetando gravemente seu desempenho físico e emocional.

A síndrome de burnout, também conhecida como síndrome do esgotamento profissional, é caracterizada por um estado de exaustão física e emocional causado por estresse crônico no ambiente de trabalho.

De acordo com Maslach e Jackson (1981), trata-se de uma resposta prolongada a estressores interpessoais crônicos, envolvendo três dimensões principais: exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal no trabalho.

Essa condição afeta especialmente profissionais que atuam diretamente com o público, como servidores das áreas da saúde, educação e assistência social e entre outros. De acordo com Benevides-Pereira (2010), o burnout está diretamente relacionado à sobrecarga de trabalho, às exigências emocionais constantes e à sensação de impotência diante das demandas institucionais.

A Organização Mundial da Saúde (2019), ao incluir o burnout na 11ª Classificação Internacional de Doenças (CID-11), reconheceu esgotamento profissional como um fenômeno ocupacional, definido como uma oficialmente o síndrome resultante de estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso.

No setor público, a vivência de condições laborais adversas, como a precarização dos serviços, o excesso de responsabilidades e a falta de reconhecimento, favorece a manifestação da síndrome. Segundo Silva et al. (2021), servidores públicos que enfrentam altos níveis de cobrança, somados à baixa autonomia e ao acúmulo de funções, apresentam maiores índices de adoecimento psíquico, incluindo sintomas característicos do burnout.

Portanto, é essencial que as instituições públicas adotem políticas de prevenção e promoção da saúde mental, assegurando ambientes de trabalho saudáveis, com suporte organizacional, escuta ativa e ações voltadas ao bem-estar dos servidores.

3.3 POLÍTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE MENTAL NO SETOR PÚBLICO

As políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental no serviço público buscam garantir condições adequadas de trabalho, prevenir o adoecimento dos servidores e promover ações de cuidado e valorização. O Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), implementado por diversos órgãos públicos, é uma das principais estratégias para esse fim, embora ainda enfrente desafios em sua efetivação (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2020).

Essas políticas incluem campanhas de conscientização, capacitações sobre saúde emocional, oferta de atendimento psicológico institucional e ações de fortalecimento do ambiente de trabalho. Contudo, muitas dessas iniciativas ficam restritas ao papel, não sendo implementadas de maneira efetiva e contínua.

A ausência de uma cultura organizacional voltada ao cuidado e a falta de investimento específico limitam os resultados esperados.

As estratégias de prevenção ao adoecimento mental no serviço público devem estar integradas às práticas de gestão institucional. Isso inclui desde ações simples, como a valorização do servidor, até programas estruturados de apoio emocional, escuta ativa, acompanhamento psicossocial e promoção de um clima organizacional saudável.

Segundo Vasconcelos (2019), é essencial que os órgãos públicos desenvolvam ações permanentes voltadas ao bem-estar dos trabalhadores, como grupos de apoio, rodas de conversa, acompanhamento por profissionais da psicologia e treinamentos sobre inteligência emocional e gestão do estresse. Além disso, gestores devem ser capacitados para reconhecer sinais de sofrimento psíquico em suas equipes e agir de forma preventiva, promovendo um ambiente de trabalho mais empático, colaborativo e acolhedor.

4. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos da pesquisa houve o conhecimento adquirido durante o curso e através de pesquisas. Procurar entender sobre a saúde mental e emocional e como ajudar em um tratamento que associem o profissionalismo e o humanismo valorizando seus potenciais e propondo um mudanças no estilo de vida no bem estar pessoal, familiar e social.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão de literatura narrativa, com o objetivo de identificar, analisar e discutir as estratégias de prevenção e promoção do bem-estar voltadas à saúde mental dos trabalhadores no serviço público. A aplicação de procedimentos sistemáticos e transparentes fortalece a confiabilidade e o rigor das conclusões obtidas (Brum; Zuge; Rangel; Freitas; Pieszak, 2015)

A revisão narrativa da literatura permite uma análise ampla sobre o tema, considerando diferentes abordagens teóricas e práticas. Exemplos incluem análises com enfoque histórico, sínteses de estudos baseados em múltiplos modelos teóricos e compilações de dados diversos, os quais se enquadram adequadamente nas diretrizes da metodologia de revisão narrativa (Gregory; Denniss, 2018) A seleção do material foi realizada em bases de dados científicas como SciELO, Google Acadêmico e documentos institucionais disponibilizados por órgãos oficiais do governo federal e estadual.

Os critérios de inclusão dos materiais foram:

Publicações nos últimos 10 anos (2014 a 2024).

▀ Textos disponíveis em português.

▀ Trabalhos que abordem a saúde mental no setor público.

▀ Fontes acadêmicas (artigos científicos, dissertações, livros e legislações).

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados:

Textos opinativos ou sem base científica.

Publicações duplicadas ou sem relação direta com a temática proposta.

Trabalhos que tratam exclusivamente do setor privado.

A análise dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo temática, permitindo identificar categorias recorrentes nos estudos sobre fatores de adoecimento e estratégias institucionais de promoção da saúde mental. Esta metodologia contribui para compreender a complexidade do setor e destacar práticas que podem ser implementadas na gestão pública para promover ambientes institucionais mais saudáveis.

5. ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos estudos selecionados revela que a saúde mental dos trabalhadores no serviço público tem sido afetada por múltiplos fatores organizacionais e institucionais. Entre os principais aspectos observados, destacam-se: a sobrecarga de trabalho, a ausência de reconhecimento profissional, as falhas na comunicação institucional, o assédio moral e a carência de apoio psicológico nas organizações públicas.

De acordo com pesquisas recentes, o adoecimento psíquico entre servidores públicos tem se tornado uma das principais causas de afastamentos do trabalho. Isso demonstra que, apesar da crescente preocupação com o tema, as práticas de prevenção ainda são insuficientes ou pontuais, quando deveriam ser políticas contínuas de cuidado. A literatura aponta que as estratégias mais efetivas de promoção do bem-estar no setor público incluem:

Implementação de programas permanentes de atenção psicossocial, a criação de espaços de escuta e acolhimento para os servidores, realização de formações e capacitações para gestores sobre saúde mental e clima organizacional, promoção de ações educativas e campanhas internas de conscientização e o estabelecimento de protocolos institucionais para enfrentamento do assédio moral e outras formas de violência psicológica.

Estudos analisados também evidenciam que as instituições que investem em saúde mental reduzem significativamente os índices de licenças médicas, rotatividade e desmotivação entre os servidores.

Além disso, promovem ambientes mais colaborativos, com melhora no desempenho e na qualidade dos serviços públicos oferecidos à população. Contudo, um dos maiores desafios é a falta de estrutura e de profissionais capacitados para atuar com saúde mental dentro das instituições públicas. Muitas vezes, as ações ficam restritas a eventos esporádicos ou datas comemorativas, sem acompanhamento contínuo.

A discussão aponta para a necessidade de transformar a saúde mental em uma prioridade dentro da gestão pública, com políticas intersetoriais, integração entre áreas e financiamento adequado. O compromisso institucional é essencial para promover uma cultura organizacional mais saudável, ética e humanizada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar as estratégias de prevenção e promoção do bem-estar voltadas à saúde mental dos trabalhadores no serviço público. A partir da revisão de literatura realizada, foi possível constatar que os servidores públicos enfrentam diversos fatores de risco para o adoecimento psíquico, tais como a sobrecarga de trabalho, o assédio moral, a desvalorização profissional e a falta de suporte emocional nas instituições.

Apesar da crescente visibilidade do tema, ainda há fragilidades nas políticas públicas e nas práticas institucionais relacionadas à saúde mental no setor público. As ações, muitas vezes, ocorrem de forma pontual, sem planejamento estratégico ou continuidade, o que compromete sua efetividade. Entretanto, diversas estratégias têm se mostrado promissoras, como a criação de espaços de escuta, programas de apoio psicossocial, capacitações para gestores, campanhas educativas e a adoção de protocolos contra práticas abusivas. Tais iniciativas contribuem para ambientes mais saudáveis, colaborativos e humanizados.

Conclui-se que a promoção da saúde mental no serviço público deve ser tratada como prioridade dentro da gestão institucional. Investir no bem-estar dos servidores é investir na qualidade dos serviços públicos e no fortalecimento da administração pública como um todo. Espera-se que este trabalho contribua para ampliar a reflexão sobre o tema e estimular novas pesquisas e ações concretas no âmbito da gestão pública.

Esse estudo não se encerra com estas considerações finais, mas abre espaço para outros questionamentos em relação à Saúde Mental no serviço público e para novas pesquisas. As manifestações recentes de adoecimento como a síndrome de burnout, o estresse relacionado ao trabalho e outras manifestações de sofrimento podem e devem ser aprofundadas em outros estudos, não apenas como interesse acadêmico, mas como crítica à gestão das organizações contemporâneas e como contribuição ao entendimento e às ações em favor da Saúde Mental do trabalhador.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Mental**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 13 julho. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 julho. 2025.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FIOCRUZ. **Condições de trabalho e saúde dos profissionais de saúde no contexto da COVID-19**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

FIORILLI, José O. et al. **Assédio moral: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Atlas, 2015.

LIPP, M. E. N. **Psicologia e trabalho: saúde e produtividade**. Campinas: Papyrus, 2017.

MASLACH, C.; JACKSON, S. E. The measurement of experienced burnout. **Journal of Occupational Behaviour**, v. 2, n. 2, p. 99-113, 1981.

NASCIMENTO, A. S.; ARAÚJO, M. C. B. Políticas públicas de saúde mental no serviço público: avanços e desafios. **Revista Gestão Pública em Foco**, v. 11, n. 1, p. 58-73, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Burnout ocupacional fenômeno**. Genebra: OMS, 2019.

SILVA, A. R.; LIMA, M. F.; SANTOS, J. V. S. Adoecimento psíquico de servidores públicos e as políticas institucionais de cuidado. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 2, p. 276-292, 2021.

SILVA, Marta C.; MARTINS, Laura B. Estresse ocupacional em servidores públicos: uma análise da saúde mental no ambiente institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 2, 2020.

VASCONCELOS, A. C. S. **Saúde mental no serviço público: prevenção e promoção**. Brasília: ENAP, 2019.